

RESPOSTA À RESENHA DE A ÉTICA DO USO E DA SELEÇÃO DE EMBRIÕES FEITA POR KRAUSE & MERLUSSI¹

Lincoln Thadeu Gouvêa de Frias (Unifal-MG)²

lincolnfrias@gmail.com

Telma de Souza Birchal (UFMG)³

tbirchal@gmail.com

Ter um livro resenhado é uma honra, mesmo quando se considera a resenha muito equivocada. Portanto, antes de mais nada, aqui vão os agradecimentos a Krause & Merluzzi.

A opinião dos autores é que *A ética do uso e da seleção de embriões* é um livro “primário e mal feito”, pois nele há uma “sequência enorme de falhas elementares na formulação dos ‘argumentos’, de *non sequitur* na maioria, de termos utilizados dubiamente e com vários sentidos numa mesma argumentação” (KRAUSE & MERLUSSI 2013, 224). Eles justificam a afirmação apresentando três tipos de críticas ao livro: (a) consideram que os argumentos não são formulados de maneira a que a verdade de suas conclusões seja de-

¹ Recebido: 06-12-2013/Aprovado: 29-04-2014/Publicado: 08-09-2014.

² Lincoln Thadeu Gouvêa de Frias é Professor Doutor da Universidade Federal de Alfenas, Varginha, MG, Brasil.

³ Telma de Souza Birchal é bolsista de produtividade em pesquisa 2 do CNPq e Professora Associada do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil.

duzida necessariamente da verdade das premissas; (b) suspeitam que os argumentos adversários foram reelaborados para torná-los mais vulneráveis; e (c) apontam que dizer “conclusão válida” e “argumento verdadeiro” é inadequado segundo as definições desses termos em lógica.

A resposta às duas primeiras críticas é que o livro simplesmente segue os costumes da área de ética prática, que são diferentes da área de lógica. Quanto à terceira, é justificada. Vejamos cada uma delas separadamente.

Krause & Merluzzi defendem que, dado que o livro se assume como fazendo parte da filosofia analítica e dado que ele se dispõe a apresentar os argumentos em forma de premissas e conclusões, então ele deveria fazer isso de maneira mais rigorosa. E rigor para eles significa seguir as notações usadas na área de lógica, não permitir que haja premissas suprimidas e chamar de argumento apenas as sequências de proposições em que a conclusão se segue necessariamente das premissas. Por exemplo, o livro apresentou o Argumento do Pertencimento à Espécie Humana da seguinte maneira:

P1 – Nós temos direito à vida porque nós somos nós.

P2 – Nós somos da espécie *Homo sapiens*.

P3 – Embriões são da espécie *Homo sapiens*.

C – Logo, os embriões têm direito à vida.

Segundo Krause & Merluzzi (228-229), o correto seria apresentar o argumento assim:

P1- Para todo x, Dx

P2- Para todo x, Hx (onde Hx = x é da espécie Homo Sapi-

ens)

P3- Para todo x , se Ex então Hx . (onde $Ex = x$ é um embrião)

C - Para todo x , se Ex então Dx .

Ou assim:

1. Para todo x , se x é da espécie *Homo sapiens*, então x tem direito à vida.
2. Os embriões são da espécie *Homo sapiens*.
3. Logo, os embriões têm direito à vida.

Uma primeira resposta a essa sugestão é dizer que o estilo de apresentação dos argumentos (premissas suprimidas, conclusões que não se seguem necessariamente, ausência de formalismos etc.) que o livro utiliza é muito comum em alguns dos principais livros de ética prática - publicados por autores muito respeitados na área e por editoras do porte de Oxford University Press e Cambridge University Press. Por exemplo, um argumento muito semelhante ao Argumento da Descontinuidade criticado por Krause & Merluzzi, encontra-se em *A Defense of Abortion* (BOONIN 2002, 36). Outro exemplo, dessa vez relacionado ao Argumento da Desigualdade, é *Choosing tomorrow's children* (WILKINSON 2010, 199). Muitos artigos em revistas especializadas utilizam a mesma essa estratégia. Por exemplo, "Fallacies in the arguments for new technology: the case of proton therapy" (HOFMANN 2009) foi publicado no *Journal of Medical Ethics* (fator de impacto 1.419) e contém argumentos que não passariam pelo crivo de Krause &

Merluzzi.

O propósito do parágrafo anterior não é funcionar como um argumento de autoridade, nem defender que o estilo de montagem de argumentos adotado no livro é superior ao defendido na resenha. O objetivo é apenas mostrar que Krause & Merluzzi estão exigindo algo que não é o padrão de excelência em ética prática.

E o motivo para que os trabalhos de ética prática preferam um estilo mais simples e menos formal do que a área de lógica é o interesse de atingir um público mais amplo do que os filósofos acadêmicos, dialogando com o debate público. Portanto, a segunda resposta à primeira crítica é que a apresentação dos argumentos não foi logicamente rigorosa para que ela fosse mais fácil de compreender – supondo que uma possível apuração da forma e eliminação de termos ambíguos não traria nenhuma modificação substantiva no conteúdo.

Segundo Krause & Merluzzi, “[é] surpreendente que um livro com uma apresentação dessas tenha granjeado tamanha reputação favorável” (p. 224). Talvez a reputação que o livro adquiriu indique que as simplificações não foram equivocadas, mas sim que a crítica é que é descabida. É provável que a tese e o livro tenham chamado atenção devido à relevância do tema e *por causa* de sua simplicidade, não *apesar dela*.

Além disso, como fica claro nas reformulações do Argumento do Pertencimento à Espécie Humana, muitos aspectos dos debates acadêmico e público seriam perdidos se as formalidades fossem respeitadas (p. ex., a premissa “nós temos direito à vida porque nós somos nós”). O que nos leva à crítica de que os argumentos adversários foram caricaturados (KRAUSE & MERLUSSI 2013, 231).

Sobre o Argumento Brincar de Deus, a resenha pergunta:

Qual filósofo profissional defendeu ou defenderia este argumento? Asseguramos que esta não foi uma pergunta retórica. Não há quaisquer referências no livro de Frias que nos ajude a respondê-la. [...] O argumento, pelo tanto quanto sabemos, não foi defendido, tal como exposto, por qualquer filósofo profissional (p. 231).

O fato de não haver referências a defensores do argumento no livro é realmente uma deficiência. No entanto, uma pesquisa por “‘playing god’ bioethics” no *Google Scholar* (em 26/11/2013) com 3.130 resultados. O argumento é tão importante que é o título de um capítulo de (DWORKIN 2002). Apresentar os argumentos dos adversários, sem nomeá-los, é uma prática frequente em ética prática (SINGER 1994; BOONIN 2002; MCMAHAN 2002; PARFIT 1984), o que é feito com o objetivo de evitar disputas sobre se determinado autor quis ou não dizer tal coisa. Sem dúvida, porém, é algo que deveria ser corrigido no livro.

Sobre a crítica de que o livro “apresenta os argumentos menos sofisticados contra o que defende” (KRAUSE & MERLUSSI 2013, 236), pode-se admitir que eles poderiam ser melhor formulados do ponto de vista lógico. Contudo, isso estaria sujeito à crítica, feita já durante a defesa da tese, de que os argumentos adversários foram transformados em “silogismos sem alma”. O livro tentou encontrar um meio termo entre apresentar os argumentos de forma clara e captar o espírito dos debates acadêmicos e públicos.

O melhor teste para saber se houve ou não injustiça para com os argumentos adversários é ouvir o que seus defensores têm a dizer. No entanto, passados três anos desde a defesa da tese e depois de muitas palestras sobre o seu conteúdo, nenhuma nova formulação daqueles argumentos foi

defendida e nenhuma das pessoas simpáticas a eles criticou a maneira como eles foram apresentados.

A terceira crítica de Krause & Merlussi consiste em lembrar que é inadequado dizer que determinada conclusão é “válida” ao invés de “verdadeira” assim como é inadequado dizer que um argumento é “verdadeiro” ao invés de “válido”. Eles têm razão. Trata-se de um uso equivocado de terminologia amplamente conhecida e que será corrigido caso haja uma próxima edição.

Falta ainda comentar uma afirmação do livro que motivou muitas das críticas feitas pela resenha: a declaração um tanto rápida de que ele vincula-se à tradição da filosofia analítica. Os resenhistas, especialistas da área, recusam ao livro tal pertença.

Apurar este ponto como ele merece nos levaria longe demais. No entanto, é preciso ao menos lembrar que a ética prática é, ao mesmo tempo, um fruto da filosofia analítica e um afastamento dela. É um fruto porque herda dos analíticos o foco na análise dos argumentos, ou seja, distancia-se das preocupações históricas e de análises antropológico-existenciais que predominam entre os continentais. Neste sentido a ética prática deve muito de seus procedimentos à filosofia analítica. Porém, a ética prática é também um afastamento porque surgiu justamente da recusa de se pensar a ética como apenas um problema de linguagem, fazendo o filósofo “sair da poltrona” e encarar problemas concretos. Sendo assim, a pertença ou não pertença do livro à tradição analítica pode ser evidentemente discutida e relativizada – o que, a nosso ver, não determina o valor das teses nele defendidas.

Enfim, o livro poderia ser melhor em vários aspectos E também poderia ser mais preciso, mais detalhado, mais téc-

nico. Esta última possibilidade, porém, teria o custo de torná-lo menos acessível e restringiria seu público. As prateleiras de filosofia já estão cheias de livros técnicos, precisos e detalhados – e com pequeno público. Embora a amplitude da audiência não seja uma boa medida do valor de um livro, atingir um público amplo é importante para a ética prática.

Cabe ao leitor decidir se Krause & Merluzzi oferecem premissas verdadeiras e suficientes para tornar também verdade a conclusão de que:

A obra infelizmente carece de competências mínimas que permitiriam discuti-la de maneira filosoficamente rigorosa. Concluimos que a obra não pode ser considerada como uma tentativa séria de solução para um problema filosófico genuíno. O que se há de lamentar, finalmente, é que uma obra como essa seja usada como referência na área, tamanho é o seu primarismo argumentativo (KRAUSE & MERLUSSI 2013, 232).

É uma pena que a resenha não tenha discutido o conteúdo dos argumentos do livro. Isso teria sido algo importante.

REFERÊNCIAS

BOONIN, David. *A defense of abortion*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

DWORKIN, Ronald. Brincar de Deus: genes, clones e sorte In: DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana – a teoria e a prática da igualdade*. Trad. J. Simões. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HOFMANN, B.. Fallacies in the arguments for new technology: the case of proton therapy. *Journal of Medical Ethics*, v. 35 n. 11, p. 684-687, 2009.

KRAUSE, Decio; MERLUSSI, Pedro. Resenha do livro: A Ética do Uso e da Seleção De Embriões. *Philosophos*, v. 18, n. 1, p. 219-232, 2013.

MCMAHAN, Jeff. *The ethics of killing: problems at the margins of life*. Nova York/Oxford: Oxford University Press, 2002.

PARFIT, Derek. *Reasons and persons*. Nova York/Oxford: Oxford University Press, 1984.

SINGER, Peter. *Practical ethics* - 2a ed. Nova York: Cambridge University Press, 1993.

WILKINSON, Stephen. *Choosing tomorrow's children – the ethics of selective reproduction*. Oxford: Oxford University Press, 2010.